

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: 1rsdonsr SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 28/08/2012 Requerimento nº 196/2012 Protocolo nº 3564/2012 Processo nº 1155/2012	
Autor: Dep. Dilmar Dal Bosco		

Com o fulcro no que preceitua a Lei n.º 8.352/05, e o que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicito a Mesa Diretora, a instalação de uma Câmara Setorial Temática, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, **com o objetivo de estudar e discutir os critérios e parâmetros para a concessão de incentivos fiscais as empresas e produtores rurais do Estado de Mato Grosso**. Para desenvolver os estudos indicamos os seguintes técnicos:

Presidente: Paulo Sergio da Costa Moura

Relator: Luiz Fernando da Silva Flamínio

Membros: Rita Marcia Cerqueira Figueiredo

José Eldenir Pereira de Oliveira

Mara J. S. Lima

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 28 de Agosto de 2012

Dilmar Dal Bosco
 Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O principal objetivo deste requerimento é formar uma equipe de trabalho com intuito de discutir e estudar os critérios e parâmetros para a concessão de incentivos fiscais concedidos as empresas e produtores rurais no Estado de Mato Grosso, bem como, realizar uma análise profunda da legislação estadual que concede este tipo de benefício.

O incentivo fiscal é um conceito da Ciência das Finanças que situa-se no campo da extrafiscalidade e implica na redução da receita pública de natureza compulsória ou a supressão de sua exigibilidade. Além de ser um instrumento do dirigismo econômico; que visa desenvolver economicamente determinada região ou certo setor de atividade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal enumera as diversas espécies de incentivos ou benefícios de natureza tributária. Mas, convém, desde logo, pontuar que o incentivo fiscal não se confunde com a isenção tributária, mesmo na hipótese que implique total exoneração do tributo. É que a isenção tributária não é um instrumento de intervenção na economia tal como o incentivo fiscal, objeto que ora queremos discutir.

O que buscamos com esta solicitação é um maior entendimento do perfil das empresas e dos produtores rurais que recebem este benefício do Estado e sua devida aplicação.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 28 de Agosto de 2012

Dilmar Dal Bosco
Deputado Estadual